



---

**Turismo e património na Antiguidade Clássica: o texto atribuído a Fílon de Bizâncio sobre as Sete Maravilhas**

**Autor(es):** Ferreira, Luísa de Nazaré

**Publicado por:** Associação Portuguesa de Estudos Clássicos; Imprensa da Universidade de Coimbra

**URL persistente:** URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/31753>

**DOI:** DOI:[http://dx.doi.org/10.14195/978-989-721-069-3\\_9](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-721-069-3_9)

**Accessed :** 4-Mar-2021 15:54:36

---

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



# Espaços e Paisagens

*Antiguidade Clássica e Heranças  
Contemporâneas*

Vol. I Línguas e Literaturas. Grécia e Roma

Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira,  
Paula Barata Dias (coords.)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

# TURISMO E PATRIMÓNIO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA: O TEXTO ATRIBUÍDO A FÍLON DE BIZÂNCIO SOBRE AS SETE MARAVILHAS

LUÍSA DE NAZARÉ FERREIRA  
*Universidade de Coimbra*  
luisanazare@hotmail.com

## Résumé

Nous proposons une réflexion sur l'expérience du tourisme dans l'Antiquité à partir de l'analyse d'un opuscule attribué à l'ingénieur mécanicien Philon de Byzance. Malgré les doutes sur l'authenticité et valeur scientifique, nous devons considérer cette source dans l'étude des Sept Merveilles et dans l'examen des notions de "tourisme" et "patrimoine" dans le monde antique.

**Mots-clés:** patrimoine, Philon de Byzance, Sept Merveilles, tourisme.

**Palavras-chave:** Filon de Bizâncio, património, Sete Maravilhas, turismo.

Num congresso dedicado aos espaços e paisagens do mundo clássico e sua recepção no mundo contemporâneo pareceu-nos apropriado apresentar um estudo sobre as Maravilhas da Antiguidade. Esta breve reflexão inscreve-se na pesquisa que estamos a desenvolver no âmbito de um projecto da UI&D – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

Começamos por recordar os versos de abertura do fr. 16 L-P de Safo, na tradução de Frederico Lourenço<sup>1</sup>:

*Uns dizem que é uma hoste de cavalaria, outros de infantaria;  
outros dizem ser uma frota de naus, na terra negra,  
a coisa mais bela: mas eu digo ser aquilo  
que se ama.*

Num poema dedicado à beleza de uma jovem chamada Anactória, Safo parte da constatação da diversidade dos gostos humanos para em seguida sublinhar o que lhe é mais caro. Recorre para isso a um processo de composição tipicamente arcaico – a enumeração em *crescendo* – que permite pôr a ênfase no conceito de *tò kálliston*, 'a coisa mais bela', e afirmar que o objecto amado supera qualquer parada militar ou festival náutico, por mais belo que seja o espectáculo.

Um século mais tarde, a acreditar em Estobeu (*Ec.* 4.34.28), também Simónides de Ceos escolhera de entre os versos atribuídos a Homero 'a coisa

<sup>1</sup> F. Lourenço (2006), *Poesia grega de Alcman a Teócrito*. Lisboa, 37.

mais bela' que ele dissera: "Tal como a geração das folhas, assim é também a dos homens."<sup>2</sup> Trata-se, como é sabido, do passo célebre do símile das folhas do canto VI da *Iliáda* (v. 146).

O mesmo lírico de Ceos figurava entre os autores possíveis de uma canção de mesa sobre 'a melhor coisa' para o homem, que foi preservada num escólio de Platão (ad Grg. 451e = Simon. fr. 651 PMG, *Carm. conv.* 890 PMG):

*Ter saúde é a melhor coisa para o homem mortal,  
a segunda é uma bela figura,  
a terceira é enriquecer sem dolo  
e a quarta é ser jovem entre amigos.*

Mais célebres e sofisticados são os versos de abertura da *Iª Ode Olímpica* de Píndaro, na qual o conceito de *tò áriston* é desenvolvido de forma elaborada, por meio da composição em priamel.

Estes exemplos, recolhidos da poesia arcaica e da canção popular, mostram que a ideia de escolher, seleccionar e eleger 'a coisa mais bela' ou 'a melhor coisa' para o homem estava muito presente no pensamento grego. Atestam, por outro lado, que a enumeração, tal como a composição em catálogo, era um processo usual de expressão e de transmissão de ideias.

Séculos mais tarde, Safo, Simónides e Píndaro farão também parte de uma lista, a dos nove líricos mais distintos, elaborada provavelmente pelos mesmos gramáticos de Alexandria que se ocuparam da edição da poesia da época arcaica. A lista dos nove líricos inspirou diversas composições, algumas das quais transmitidas pela *Antologia Palatina* (9.184, 9.571).

Foi graças a esta compilação do final do séc. X da nossa era que chegou até aos nossos dias um epigrama atribuído a um autor do séc. II a.C., Antípatro de Sídon, que é certamente um dos testemunhos preservados mais antigos de uma lista de sete maravilhas (*AP* 9.58). Num poema formado por quatro dísticos elegíacos, o autor enumera as construções humanas que fascinaram o seu olhar, para depois eleger a que o cativou mais do que todas as outras. Menciona, assim, e sem obedecer a nenhuma ordem lógica, a muralha da Babilónia, a estátua de Zeus, em Olímpia, os jardins suspensos, o colosso de Hélios, as pirâmides, o memorial de Mausolo e, finalmente, a menina dos seus olhos: "a morada de Ártemis", ou seja, o templo da deusa erguido em Éfeso. O poema insiste no sentido da visão ('contemplei', 'vi', 'vê'), como se pretendesse garantir o que talvez fosse difícil de realizar no tempo de Antípatro, sobretudo tendo em conta que os jardins suspensos, caso tenham existido, já não estariam no seu esplendor máximo.

Este poema merece-nos ainda duas observações. Uma diz respeito ao conteúdo da lista, da qual não consta o farol de Alexandria, construído (ou

<sup>2</sup> Tradução de M. H. Rocha Pereira (2005), *Hélade. Antologia da Cultura Grega*. Porto, 39.

iniciado) no tempo de Ptolemeu I Sóter (305-282 a.C.), portanto no primeiro quartel do séc. III a.C.

A segunda nota refere-se ao próprio conceito que hoje associamos a este tema. O termo “maravilha” corresponde mais exactamente ao substantivo *thauma*, ‘objecto digno de admiração’, ‘coisa extraordinária’, e ao verbo *thaumázô*, ‘olhar com admiração’, ‘maravilhar-se’. No entanto, as fontes gregas usam também, muitas vezes sem estabelecerem diferenças, o substantivo *théama*, que significa propriamente ‘vista, espectáculo’ e, em especial, ‘espectáculo agradável’. No epigrama de Antípatro, embora se insista, como dissemos, no sentido da visão e no fascínio que as construções referidas exercem no olhar do sujeito poético, não ocorre nenhum destes conceitos.

Esta ideia, porém, está bem explícita na abertura do opúsculo que foi transmitido com o título Φίλωνος Βυζαντίου περὶ τῶν ἑπτὰ θαμάτων, à letra *Tratado de Filon de Bizâncio sobre as sete coisas dignas de serem vistas*<sup>3</sup>. Começa assim: “De cada uma das sete maravilhas todos conhecem decerto a fama, mas poucos a contemplam com a vista.”

Curiosamente, também nós lançámos a mesma suspeita sobre o poema de Antípatro. De facto, tal como ainda hoje, no mundo antigo seria rara a oportunidade de ver com os próprios olhos um conjunto de sete maravilhas dispersas por terras do Egipto, da Babilónia e da Grécia. Todavia, algumas dessas maravilhas surgiram em locais que desde muito cedo atraíam visitantes. É conhecido o interesse que a terra dos faraós despertava nos Gregos, como a *Odisseia* já sugeria e Heródoto veio confirmar<sup>4</sup>. Da mesma maneira, o santuário de Olímpia, que segundo a tradição acolhia competições atléticas desde 776 a.C.<sup>5</sup>, tornou-se num dos espaços mais visitados do mundo clássico, em especial graças à reorganização arquitectónica a que foi submetido na primeira metade do séc. V. Data desse período a construção do templo monumental dedicado a Zeus, de acordo com o projecto arquitectónico de Líbon de Élis, que tinha como atracção principal a estátua de Fídias de Atenas, concluída c. 430 a.C.<sup>6</sup> Não foi menor a fama do santuário de Ártemis em Éfeso, que atraía peregrinos e viajantes desde tempos muito remotos. A estátua enigmática da deusa e a magnificência do seu templo, que se tornou num centro de asilo e tesouro, trouxeram-lhe grande prestígio<sup>7</sup>. Estes exemplos demonstram que na Grécia antiga a experiência do turismo surge desde os primórdios associada à religião

---

<sup>3</sup> Seguimos a edição do texto de K. Brodersen 1992: 20-37.

<sup>4</sup> É de supor que esse interesse tenha crescido depois da fundação, em finais do séc. VII a.C., da estação comercial de Náucratis, no Delta do Nilo, por mercadores de Mileto. A visita ao Egipto surge como *topos* na biografia de poetas e sábios gregos da época arcaica. Cf. e.g. Hdt. 1.30.1; D.S. 1.96.2-3; Plu. *Sol.* 2.8, 26.1. Sobre esta questão, vide J.-M. André et M.-F. Baslez 1993: 283-285 e o estudo de N.S. Rodrigues (2004), “Αἴγυπτος δὲ γῆ. O Egipto na *Helena* de Eurípides”, in J.A. Ramos et alii (eds.), *Percursos do Oriente Antigo*. Lisboa, 481-496.

<sup>5</sup> A Arqueologia veio demonstrar que as cerimónias sagradas em Olímpia são muito anteriores a esta data. Vide M.J. Price in P.A. Clayton & M.J. Price 1988: 61; J. Pedley (2005), *Sanctuaries and the Sacred in the Ancient Greek World*. Cambridge 119-134.

<sup>6</sup> Cf. M.J. Price, *ibidem*, pp. 61 sqq.; J. Pedley, *ibidem*, pp. 123-127.

<sup>7</sup> Cf. B.L. Trell in P.A. Clayton & M.J. Price 1988: 82-83.

e ao património artístico e arquitectónico. Assim, é provável que as visitas a Olímpia ou a Éfeso, na época de Antípatro, fossem motivadas muito mais pelo desejo de “ver com os próprios olhos” os edifícios e obras de arte que, ao longo dos anos, iam surgindo naqueles santuários do que pelo sentimento religioso.

É sobretudo a partir da época helenística que a experiência da *autopsía* se generaliza (cf. J.-M. André et M.-F. Baslez 1993: 67-76). Com isso se relaciona decerto o aparecimento de textos que descreviam os espaços, edifícios e estátuas dos santuários e das cidades mais importantes, como o que compôs Heraclides de Creta no séc. III a.C.<sup>8</sup> Desses textos, que têm como precedentes as *Histórias* de Heródoto e os escritos de Xenofonte, apenas nos chegaram notícias ou fragmentos, mas podemos considerá-los os primeiros guias turísticos, ainda que por vezes tenham mais em vista a erudição do que a orientação dos visitantes num determinado local (cf. J.-M. André et M.-F. Baslez 1993: 64-65, 317-323).

Além desta literatura perieagética, surgem na mesma época os relatos paradoxográficos, i.e., os repertórios de pessoas e coisas extraordinárias, como os *Mirabilia*, da autoria do escultor e escritor Antígono de Caristo (fl. 240 a.C.)<sup>9</sup>.

É, aparentemente, neste género de escritos que se integra o relato que foi transmitido sob a autoria de Fílon de Bizâncio. A identificação deste Fílon com um célebre engenheiro mecânico dos fins do séc. III ou inícios do séc. II a.C. remonta pelo menos ao séc. XVII, quando o texto foi descoberto num códice em pergaminho da Biblioteca do Vaticano (Codex Palatinus graecus 398, fol. 56<sup>v</sup>).

No prefácio, como foi dito acima, o autor começa por reconhecer que, se não são numerosos os que conseguem ver pessoalmente as maravilhas, é fundamental que a lembrança dessa visão permaneça na mente dos que viveram essa experiência. Por conseguinte, os comentários que tece nos sete capítulos que se seguem têm, à priori, a função de avivar as imagens e pormenores que o viajante guardou de cada uma das maravilhas. Todavia, fruto de uma época em que se valorizava a erudição livresca em detrimento do conhecimento empírico, o texto atribuído a Fílon de Bizâncio menospreza essa experiência e impõe-se como alternativa, mais generosa e confortável, à *autopsía*. O objectivo último é, de facto, poupar o apreciador de obras extraordinárias à canseira da viagem, ainda que reconheça as vantagens do conhecimento directo (cf. 3.4, a propósito da estátua de Fídias).

A intenção do autor só em parte se cumpre e aqui reside um dos argumentos principais contra a autenticidade do texto. Na verdade, em vários passos, o relato assume um tom de panegírico que está muito longe do rigor da descrição anunciado no prefácio. No capítulo dedicado à estátua de Fídias, por exemplo,

<sup>8</sup> Intitulado *Sobre as cidades da Grécia* (ed. F. Pfister, 1951), é o relato de uma viagem à Grécia Central e à Tessália, que presta atenção às distâncias, vias de comunicação, estruturas urbanas, bem como aos produtos locais e habitantes. Preservam-se fragmentos sobre a Ática, Beócia, Eubeia e Tessália. Vide É. Perrin (1994), “Héracléidès le Crétois à Athènes: les plaisirs du tourisme culturel”, *REG* 107.1 192-202.

<sup>9</sup> Vide K. Schneider (1949), in *RE* 18.3, col. 1137-1167, s.v. Paradoxographoi; J.-M. André et M.-F. Baslez 1993: 65-66; A.F. Stewart (2003), in *OCD*<sup>3</sup>, s.v. Antigonus (4).

a única informação técnica diz respeito ao material com que foi revestida a imagem, o marfim (3.2.), um dado que, como sabemos, era do conhecimento de toda a gente. Mas a fama da obra de Fídias devia-se à combinação do marfim com o ouro<sup>10</sup> e a este material o tratado não faz qualquer referência. Não faltam também informações de natureza duvidosa ou fantasiosa, como quando descreve as tonalidades diversas das pedras usadas na construção das pirâmides (2.3-4). É evidente que o autor tem a preocupação de assinalar os aspectos que justificam a integração de cada uma das obras descritas no domínio das maravilhas, designadamente o deleite que suscitava a sua visão, magnificência, grandiosidade e ousadia que as caracterizavam, mão-de-obra, materiais e valores que foram necessários para a sua construção.

No que respeita a estrutura do tratado, não se percebe que princípio preside à organização dos sete capítulos, pois começa por comentar os jardins suspensos, passa depois para as pirâmides, a estátua de Zeus, o colosso de Rodes, regressa à outra maravilha da Babilónia, para falar em seguida do templo de Ártemis e, por fim, do mausoléu de Halicarnasso.

Da última parte do texto apenas nos chegou o início do capítulo sobre o *Artemision* de Éfeso, mas não há dúvidas de que a lista que está na base do opúsculo é exactamente igual à que figura no epigrama de Antípatro e este dado deu origem a interpretações distintas. Podemos supor que os dois textos tenham sido compostos em data próxima. Se o relato atribuído a Filon de Bizâncio for autêntico, pode ser mesmo anterior àquele poema. A maioria dos estudiosos, porém, considera que o opúsculo foi redigido por um autor da nossa era, que reproduziu uma lista antiga para dar credibilidade ao seu texto. Esta hipótese é verosímil, uma vez que a difusão da literatura periegética continuava em voga nos primeiros séculos da época imperial. Aliás, a obra mais importante desse género, a *Descrição da Grécia* de Pausânias, foi elaborada no séc. II d.C.

Uma das propostas mais consensuais, da autoria de P.A. Clayton e M.J. Price (1988: 160), data o opúsculo do séc. IV da nossa era. Além de notarem que o relato é demasiado floreado e impreciso, redigido num estilo bastante diferente da abordagem científica que caracteriza os escritos do verdadeiro Filon, aqueles estudiosos observam ainda que a descrição tem mais em vista o seu efeito oratório do que propriamente fornecer uma imagem real de cada um dos monumentos. Reconhecem, porém, que a lista que segue deve ter sido amplamente aceite no tempo em que foi escrita.

Se concordamos, no geral, com os argumentos aduzidos, a última observação suscita-nos algumas dúvidas. De facto, a lista que temos vindo a comentar pode ter tido grande fama no séc. II a.C., mas na verdade nunca chegou a perdê-la. Um papiro alexandrino dessa época, não obstante o estado fragmentário, atesta que as primeiras listas de maravilhas surgiram em Alexandria<sup>11</sup>. Essa origem

---

<sup>10</sup> Cf. e.g. Str. 8.3.30, Plin. *Nat.* 34.49, Paus. 5.11.1. Sobre este ponto, vide M.J. Price in P.A. Clayton & M.J. Price 1988: 63.

<sup>11</sup> *Laterculi Alexandrini* (Papyrus Berolinensis 13044<sup>v</sup>, col. 8.22-9.6). Vide K. Brodersen 1992: 56, 74-75.

explica talvez a não inclusão da torre erguida na ilha de Faros para guiar os navios, que só viria a ser citada numa lista de maravilhas no séc. VI da nossa era, por Gregório de Tours (536-594 d.C.)<sup>12</sup>, “ainda que Plínio, o Antigo, registre que a construção alexandrina era muito admirada (Nat. 36.83)”. O elenco das obras dignas de serem admiradas foi reformulado desde o tempo de Antípatro, em particular pelos autores latinos e cristãos, mas as variantes referem-se quase sempre às construções da Babilónia. Ou seja, desde o início define-se um núcleo canónico que inclui as pirâmides, o *Artemision* de Éfeso, a estátua de Fídias, o mausoléu de Halicarnasso e o colosso de Rodes<sup>13</sup>. Por conseguinte, se não apoiamos inteiramente a autenticidade do tratado atribuído a Filon de Bizâncio, não nos parece que existam argumentos suficientes para situar a sua composição numa época tão tardia, quando algumas maravilhas já haviam sido destruídas (jardins da Babilónia, templo de Ártemis, colosso de Rodes) ou estavam em declínio (mausoléu de Halicarnasso). Em relação a esta questão, a nossa proposta vai mais no sentido de supormos que o opúsculo compila informações de natureza diversa, inclusive orais, como indicia o capítulo sobre as pirâmides (2.3), e que uma dessas fontes possa ter sido algum dos escritos do verdadeiro Filon de Bizâncio. De facto, o comentário sobre a estátua de Hélios oferece um contraste marcante com o tom vago e declamatório que predomina nos restantes capítulos, pois centra-se no processo complexo da sua construção, ou seja, numa área que um engenheiro mecânico podia discutir. Assim, este capítulo é uma das poucas fontes disponíveis sobre a maravilha erguida em Rodes no primeiro quartel do séc. III a.C.

Em conclusão, apesar dos pontos negativos apontados, não devemos desprezar o valor deste opúsculo para o estudo das Maravilhas da Antiguidade. Constitui, na verdade, o único texto exclusivamente centrado nesta temática. Deve também ser considerado em qualquer discussão sobre a génese das noções de “turismo” e “património” no mundo clássico.

## Referências bibliográficas

- J.-P. Adam et N. Blanc (1989), *Les Sept Merveilles*. Paris.  
 J.-M. André et M.-F. Baslez (1993), *Voyager dans l'Antiquité*. Paris.  
 K. Brodersen (1992), *Reiseführer zu den Sieben Weltwundern*. Frankfurt.  
 P.A. Clayton & M.J. Price (1988), *The Seven Wonders of the Ancient World*. London-New York.  
 J. et E. Romer (1996), *Les Sept Merveilles du Monde*. Paris (= *The Seven Wonders of the World*, 1995).

<sup>12</sup> *De cursu stellarum* 1 sqq., in K. Brodersen 1992: 108-115. Cf. P.A. Clayton & M.J. Price 1988: 163.

<sup>13</sup> A difusão do cânone actual remonta ao Renascimento, em princípio às gravuras realizadas em 1572 pelo artista alemão Maerten van Heemskerck (1498-1574), que considerou também o Coliseu de Roma (cf. Mart. *Sp.* 1) e reuniu, na mesma gravura, as muralhas e os jardins suspensos da Babilónia. Vide K. Brodersen 1992: 41-55.